

NORMAS E DECISÕES DE DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA
RULES AND DECISIONS OF LAW OF THE EUROPEAN UNION

Dora Resende Alves*

Resumo Apresenta-se uma resenha de normas de Direito da União Europeia, por consulta ao Jornal Oficial da União Europeia no endereço <http://eur-lex.europa.eu>, em selecção da responsabilidade da autora.

Palavras-chave: União Europeia, regulamento, directiva, decisão.

Abstract *It presents a review of legal norms of the European Union, by consulting the Official Journal of the European Union at the address <http://eur-lex.europa.eu> in selection of the author.*

Keywords: *European Union, regulation, directive, decision.*

As organizações de Estados, para efectivar o seu desempenho, necessitam de órgãos habilitados para prosseguir os objectivos constitutivos. No caso das Comunidades Europeias, a doutrina utilizava usualmente a expressão instituições. Desde o Tratado de Lisboa, falar-se-á em União Europeia e resta apenas uma Comunidade, a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa ou Euratom).

As organizações de Estados estabelecem no seu acto constitutivo objectivos a atingir, o que só se realizam através do desempenho efectivo de órgãos. Dentre estes, uns terão a seu cargo as tarefas decisórias, executivas, de fiscalização e até judiciais e outros servirão de apoio permanente e logístico. A União Europeia, desde a criação das Comunidades Europeias, não se afastou deste quadro.

Uma das características essenciais de uma organização internacional é a existência de uma estrutura orgânica permanente e independente, graças à qual adquire a necessária estabilidade e continuidade para alcançar os seus objectivos.

As fontes de direito comunitário reflectem a juventude deste ramo do direito, com pouco mais de 50 anos¹, quando dos Tratados que criam as Comunidades Europeias resulta uma nova ordem jurídica, com uma finalidade própria e independente da dos Estados membros, mas que com esta se relaciona, com uma dupla origem convencional e unilateral².

O direito comunitário originário ou primário é, segundo um critério de fonte formal, o direito criado pelos Estados membros através de tratados internacionais, constituído pelas normas que criaram as Comunidades Europeias e a União Europeia, conferindo-lhes as suas atribuições e regulando a sua organização e funcionamento internos, bem como as alterações a estes tratados³.

O direito comunitário derivado ou secundário é o direito que resulta dos tratados institutivos, baseia-se nos tratados e implica uma série de procedimentos aí previstos. É constituído pelos actos adoptados pelos órgãos União Europeia⁴, no desempenho das competências que os tratados lhes conferem⁵. Pode assumir as formas típicas previstas no artigo 288.º do TFUE⁶. Surgem-nos ainda numerosos actos adoptados pelas instituições comunitárias, uns previstos

* Mestre em Direito e Professora Auxiliar Convidada da Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

¹ Comparando-o com a primeira lei escrita de direito romano, a Lei das Doze Tábuas, do século V a.C., que influenciou uma boa parte dos direitos dos Estados membros actuais da UE.

² CAMPOS, João Mota. *Manual de Direito Comunitário*. 5.ª ed., 2007, p. 279.

³ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito Comunitário*. 2008, p. 261.

⁴ Antes pelos órgãos comunitários e da União (da CE e da UE).

⁵ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito Comunitário*. 2008, p. 274.

⁶ Era o artigo 249.º do TCE.

por artigos dos tratados e outros ainda que não previstos expressamente pelos tratados (atípicos porque não previstos no artigo 288.º do TFUE⁷), antes nascem da prática comunitária⁸.

Julho a Dezembro de 2008

Presidência do Conselho da União Europeia cabe à França.

2008/C 166/04, JOUE C 166 de 01.07.2008, p. 18

Lista dos dias feriados em 2010 nos Estados membros.

DECISÃO DA COMISSÃO 2008/541/CE de 8 de Abril de 2008, JOUE L 173 de 03.07.2008.

Decisão da Comissão que altera a Decisão 2001/781/CE, que estabelece um manual de entidades requeridas e um glossário de actos que podem ser objecto de citação ou de notificação ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1348/2000 do Conselho relativo à citação e à notificação dos actos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-Membros (notificada com o número C(2008) 1259).

DECISÃO DO CONSELHO 2008/493/CE de 23 de Junho de 2008, JOUE L 174 de 03.07.2008, p. 6.

Decisão do Conselho que altera o anexo I do Acto de Adesão da Bulgária e da Roménia, de 2005.

REGULAMENTO (CE) N.º 592/2008 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 17 de Junho de 2008, JOUE L 177 de 04.07.2008, pp. 1 a 5.

Regulamento que altera o Regulamento (CEE) n.º 1408/71 do Conselho relativo à aplicação dos regimes de segurança social aos trabalhadores assalariados, aos trabalhadores não assalariados e aos membros da sua família que se desloquem no interior da Comunidade, sendo o texto relevante para o Espaço Económico Europeu.

REGULAMENTO (CE) N.º 593/2008 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 17 de Junho de 2008, JOUE L 177 de 04.07.2008, pp. 6 a 16.

Regulamento sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Roma I).

JOUE L 179 de 08.07.2008, pp. 12 e 13.

Alteração de 12 de Junho de 2008 ao Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância de 2 de Maio de 1991⁹.

⁷ Era o artigo 249.º do TCE. GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. *Direito Comunitário*. 2008, p. 290.

⁸ DERO-BUGNY, Delphine. "Le livre vert" de la Commission européenne in *Revue trimestrielle de droit européen*. 41, n.º 1, janv.-mars 2005. Paris: Dalloz. ISSN 0035-4317. pp. 81 a 104.

⁹ Nos termos do artigo 224.º, § 5.º, TCE, o **Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância de 2 de Maio de 1991** foi publicado no JOCE L 136 de 30.05.1991, p. 1 e rectificado pelo JOCE L 317 de 19.11.1991, p. 34. Depois foi alterado em: 15 de Setembro de 1994 (JOCE L 249 de 24.09.1994, p. 17); 17 de Fevereiro de 1995 (JOCE L 44 de 28.02.1995, p. 64); 6 de Julho de 1995 (JOCE L 172 de 22.07.1995, p. 3); 12 de Março de 1997 (JOCE L 103 de 19.04.1997, pp. 6 e 7) e rectificado pelo JOCE L 351 de 23.12.1997, p. 72; 17 de Maio de 1999 (JOCE L 135 de 29.05.1999, p. 92), 6 de Dezembro de 2000 (JOCE L 322 de 19.12.2000, p. 4); 21 de Maio de 2003, na sequência da entrada em vigor do Tratado de Nice (JOUE L 147 de 14.06.2003, pp. 22 a 24); e 21 de Abril de 2004 (JOUE L 127 de 29.04.2004, p. 108). Alterado ainda pela Decisão do Conselho 2004/406/CE, Euratom de 19 de Abril de 2004 (JOUE L 132 de 29.04.2004, pp. 3 e 4). Uma versão codificada foi publicada no JOCE C 34 de 01.02.2001, p. 41. Alterada depois pelo 2003/C 193/02 (JOUE C 193 de 14.08.2003, p. 41).

Uma nova alteração foi adoptada pela entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007 da adesão de mais dois Estados, nos termos do artigo 46.º, n.º 3, do Acto de Adesão de 25 de Abril de 2005 (JOUE L 157 de 21.06.2005, p. 203).

A 10.ª alteração ao Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias foi adoptada em 12 de Outubro de 2005 (JOUE L 298 de 15.11.2005, pp. 1 a 6) e rectificada pelo JOUE L 250 de 14.09.2006, p. 35. Nova alteração pela Decisão do Conselho n.º 2006/956/CE, Euratom de 18 de Dezembro de 2006 no que respeita ao regime linguístico (JOUE L 386 de 29.12.2006, p. 45).

DECISÃO DO CONSELHO 2008/569/CE, Euratom de 27 de Junho de 2008, JOUE L 183 de 11.07.2008, pp. 31 e 32.

Decisão do Conselho que nomeia três juizes do Tribunal da Função Pública da União Europeia¹⁰, no seguimento de convite público par apresentação de candidaturas no JOUE C 295 de 07.12.2007, p. 26.

DECISÃO DO CONSELHO 2008/578/CE de 28 de Fevereiro de 2008, JOUE L 183 de 11.07.2008, pp. 31 e 32.

Decisão do Conselho relativa à celebração de um Acordo entre a Comunidade Europeia e o Conselho da Europa de cooperação entre a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia¹¹ e o Conselho da Europa. O texto do Acordo acompanha a Decisão no Jornal Oficial da União Europeia.

DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 2008/587/CE, Euratom de 18 de Junho de 2008, JOUE L 189 de 17.07.2008, pp. 25 a 27.

Decisão do Parlamento Europeu que altera a Decisão¹² relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu.

DECISÃO DO CONSELHO 2008/621/CE, Euratom de 23 de Junho de 2008, JOUE L 200 de 29.07.2008, pp. 20 e 21.

Decisão do Conselho com alterações ao Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça¹³ também em 8 de Julho de 2008 publicadas no mesmo JOUE L 200 de 29.07.2008, pp. 18 e 19.

DECISÃO DO CONSELHO 2008/779/CE, Euratom de 6 de Outubro de 2008, JOUE L 267 de 08.10.2008, p. 31.

Decisão relativa à nomeação de um novo membro da Comissão das Comunidades Europeias pelo período compreendido entre 6 de Outubro de 2008 e 31 de Outubro de 2009:

¹⁰ Pela Decisão do Conselho 2005/150/CE, Euratom, de 18 de Janeiro de 2005, estabeleceram-se as regras a que devem obedecer a apresentação e instrução das candidaturas com vista à nomeação dos juizes do Tribunal da função pública da União Europeia (JOUE L 50 de 23.02.2005, p. 7). Os membros foram nomeados pela Decisão 2005/151/CE, Euratom do Conselho (JOUE L 50 de 23.02.2005, p. 9). E no seguimento do convite público à apresentação de candidaturas publicado no JOUE C 47A de 23.02.2005, p. 1, surge a Decisão do Conselho 2005/577/CE, Euratom, de 22 de Julho de 2005 nomeia os sete juizes por um período de seis anos, embora com renovação parcial ao fim de três anos (JOUE L 197 de 28.07.2005, pp. 28 e 29), por sorteio, com o resultado estabelecido pelo Conselho em 2005/C 262/0 (JOUE C 262 de 21.10.2005, p. 1).

¹¹ Criada pelo Regulamento (CE) n.º 168/2007 do Conselho de 15 de Fevereiro (JOUE L 53 de 22.02.2007, p. 1).

¹² Decisão 94/262/CECA, CE, Euratom publicada no JOCE L 113 de 04.05.1994, p. 15, alterada pela Decisão de 14 de Março de 2002 (JOCE L 92 de 09.04.2002, pp. 13 e 14).

¹³ Nos termos do artigo 223.º, § 6.º, do TCE, **Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias de 19 de Junho de 1991** foi publicado no JOCE L 176 de 04.07.1991, p. 7, e rectificado pelo JOCE L 383 de 29.12.1992, p. 117. Foi alterado em: 21 de Fevereiro de 1995 (JOCE L 44 de 28.02.1995, p. 61), 11 de Março de 1997 (JOCE L 103 de 19.04.1997, p. 1) e rectificado pelo JOCE L 351 de 23.12.1997, p. 72, 16 de Maio de 2000 (JOCE L 122 de 24.05.2000, p. 43), 28 de Novembro de 2000 (JOCE L 322 de 19.12.2000, p. 1), 3 de Abril de 2001 (JOCE L 119 de 27.04.2001, p. 1), 17 de Setembro de 2002 (JOCE L 272 de 10.10.2002, p. 24) e rectificada pelo JOCE L 281 de 19.10.2002, p. 24, 8 de Abril de 2003 (JOUE L 147 de 14.06.2003, p. 17). Anexo em 10 de Junho de 2003 (JOUE L 172 de 10.07.2003, p. 12) e 20 de Abril de 2004 (JOUE L 127 de 29.04.2004, p. 107). Alterado ainda pela Decisão do Conselho 2004/405/CE, Euratom de 19 de Abril de 2004 (JOUE L 132 de 29.04.2004, p. 2) e alteração, aprovada em 20 de Abril de 2004, em virtude da adesão dos novos Estados membros (JOUE L 132 de 29.04.2004). Fora publicada uma versão codificada em 2001/C 34/01 (JOCE C 34 de 01.02.2001, p. 1) e em 2003/C 193/01 (JOUE C 193 de 14.08.2003, p. 1). A 11.ª alteração ao Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias adoptado em 19 de Junho de 1991 foi publicada no JOUE L 203 de 04.08.2005 (p. 19), para entrar em vigor em 1 de Outubro de 2005. Nova alteração de 18 de Outubro de 2005, publicada no JOUE L 288 de 29.10.2005 (pp. 51 a 53), para entrar em vigor em 1 de Dezembro de 2005 e a 18 de Dezembro de 2006 (JOUE L 386 de 29.12.2006, p. 44) e de 15 de Janeiro de 2008 (JOUE L 24 de 29.01.2008, pp. 39 a 41).

Peter Mandelson, pela Grã-Bretanha, com a matéria do Comércio é substituído por *Catherine Margaret Ashton of Upholland*.¹⁴

DIRECTIVA N.º 2008/94/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 22 de Outubro de 2008, JOUE L 283 de 28.10.2008, pp. 36 a 42.

Directiva relativa à protecção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador (versão codificada). Texto relevante para efeitos do EEE.

2008/C 286/01, JOUE C 286 de 10.11.2008, p. 1.

Informações oriundas das instituições e dos órgãos da União Europeia com o Relatório Anual do Tribunal de Contas relativo à execução do orçamento, relativo ao exercício de 2007.



2008/C 273/06, JOUE C 273 de 28.10.2008, pp. 8 e 9.

A Decisão do Conselho da União Europeia 2008/608/CE de 8 de Julho de 2008 é relativa à adopção da moeda única pela República Eslovaca, nos termos do artigo 122.º, n.º 2, do TCE, e foi publicada no JOUE L 195 de 24.07.2008, pp. 24 a 27. Depois, é publicada a informação sobre novas faces nacionais das moedas em euros destinadas à circulação, a emitir pela Eslováquia a partir de 1 de Janeiro de 2009.

As moedas de euro destinadas à circulação têm o estatuto de curso legal em toda a zona euro. Com o objectivo de informar as pessoas que têm de manipular as moedas no exercício da sua profissão, bem como o público em geral, a Comissão publica os desenhos de todas as novas moedas de euro.

Estas moedas apresentam o pico Kriváň dos Montes Tatra; o castelo de Bratislava, com o emblema nacional da Eslováquia e uma cruz dupla sobre três colinas (tal como no emblema nacional da Eslováquia), contra um fundo de rochas estilizadas.

Ainda quanto à entrada da Eslováquia no euro, o Regulamento (CE) n.º 693/2008 do Conselho, de 8 de Julho de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 974/98 no respeitante à introdução do euro na Eslováquia, pp. 1 e 2, e o Regulamento (CE) n.º 694/2008 do Conselho, de 8 de Julho de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2866/98 no 3 e 4 que respeita à taxa de conversão do euro para a Eslováquia, também no JOUE L 195 de 24.07.2008.

JOUE L 301 de 12.11.2008, p. 40.

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho de 11 de Julho que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo

¹⁴ Na Comissão Europeia nomeada para 2004-2009 já *Franco Frattini*, pela Itália, com a Vice-presidência e os Transportes fora substituído por *António Tajani* desde 9 de Maio de 2008. Também pela Decisão do Conselho 2008/184/CE de 29 de Fevereiro de 2008 relativa à nomeação de um novo membro da Comissão das Comunidades Europeias pelo período compreendido entre 3 de Março de 2008 e 31 de Outubro de 2009 (JOUE L 59 de 04.03.2008, p. 18) *Marcos Kyprianou*, pelo Chipre, na matéria da Saúde fora substituído por *Androula Vassiliou*.

Social Europeu e o Fundo de Coesão, que revoga o Regulamento (CE) n.º 1260/1999 (publicado no JOUE L 210 de 31.07.2006).

DIRECTIVA N.º 2008/92/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 22 de Outubro de 2008, JOUE L 298 de 07.11.2008, p. 9.

Directiva que estabelece um processo comunitário que assegure a transparência dos preços no consumidor final industrial de gás e electricidade, que reformula a Directiva 90/377/CEE do Conselho de 29 de Junho (JOCE L 185 de 17.07.1990, p. 16), sendo o texto relevante para o Espaço Económico Europeu.

REGULAMENTO (CE) N.º 1103/2008 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 22 de Outubro de 2008, JOUE L 304 de 14.11.2008, pp. 80 a 84.

Regulamento que adapta à Decisão 1999/468/CE do Conselho certos actos sujeitos ao procedimento previsto no artigo 251.º, no que se refere ao procedimento de regulamentação com controlo (terceira parte). A Decisão 1999/468/CE do Conselho de 28 de Junho fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão (JOCE L 184 de 17.07.1999, p. 23 e rectificada no JOCE L 269 de 19.10.1999, p. 45) e foi já alterada pela Decisão 2006/512/CE do Conselho (JOUE L 200 de 22.07.2006, p. 11).

REGULAMENTO (CE) N.º 1137/2008 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 22 de Outubro de 2008, JOUE L 311 de 21.11.2008, p. 1.

Regulamento que adapta à Decisão 1999/468/CE do Conselho certos actos sujeitos ao procedimento previsto no artigo 251.º, no que se refere ao procedimento de regulamentação com controlo (primeira parte).

RESOLUÇÃO N.º 2008/C 299/01 DO CONSELHO, JOUE C 299 de 22.11.2008, pp. 1 a 4.

Resolução do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho relativa à formação dos juizes, procuradores e agentes de justiça na União Europeia.



2008/C 315/04, JOUE C 315 de 10.12.2008, pp. 8 a 11

Novas faces nacionais das moedas comemorativas de 2 euros destinadas à circulação e emitidas pelos Estados-Membros da Zona Euro para celebrar o 10.º aniversário da União Económica e Monetária desde 1 de Janeiro de 1999.

Em conformidade com as conclusões do Conselho de 8 de Dezembro de 2003 (ver JOUE C 373 de 28.12.2001, p. 1, para uma referência a todas as faces nacionais emitidas em 2002), os Estados-Membros e os países que concluíram um acordo monetário com a Comunidade, que prevê a emissão de moedas em euros destinadas à circulação, são autorizados a emitir certas quantidades de moedas comemorativas em euros destinadas à circulação, desde que só seja emitida uma moeda com um desenho novo por país e por ano e que apenas seja utilizado o valor facial de 2 euros. As moedas comemorativas têm as mesmas características técnicas que as moedas normais de 2 euros em circulação, muito embora a sua face nacional apresente um desenho comemorativo.

No direito português, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2008 de 16 de Outubro, DR n.º 201, pp. 7424 e 7425.

DECISÃO 1098/2008/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 22 de Outubro, JOUE L 298 de 07.11.2008, pp. 20 a 29.

Declara 2010, o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

DIRECTIVA 2008/104/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 19 de Novembro de 2008, JOUE L 327 de 05.12.2008, pp. 9 a 14.

Directiva relativa ao trabalho temporário.

DIRECTIVA 2008/99/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 19 de Novembro de 2008, JOUE L 328 de 06.12.2008, pp. 28 a 37.

Directiva relativa à protecção do ambiente através do direito penal, sendo o texto relevante para o Espaço Económico Europeu.

RECOMENDAÇÃO 2008/C 319/03 DO CONSELHO de 20 de Novembro de 2008, JOUE L 319 de 13.12.2008, pp. 8 a 10.

Recomendação do Conselho sobre a Mobilidade dos Jovens Voluntários na União Europeia.

CONSELHO 2008/C 319/05, JOUE L 319 de 13.12.2008, pp. 13 e 14.

Conclusões do Conselho sobre a arquitectura: contributo da cultura para o desenvolvimento sustentável.

CONSELHO 2008/C 326/01, JOUE L 326 de 20.12.2008, pp. 1 e 2.

Resolução do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, relativa à criação de uma rede de cooperação legislativa entre os Ministérios da Justiça dos Estados-Membros da União Europeia.

2008/C 326/11, JOUE L 326 de 20.12.2008, p. 27.

Relatório Provedor de Justiça Europeu de actividades relativo ao ano de 2007. Disponível em <http://www.ombudsman.europa.eu>, nas 23 línguas oficiais da União Europeia.

REGULAMENTO (CE) N.º 1335/2008 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 16 de Dezembro de 2008, JOUE L 354 de 31.12.2008, pp. 51 a 59.

Regulamento que altera o Regulamento (CE) n.º 881/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Abril (JOUE L 164 de 30.04.2004, p. 1, rectificado no JOUE L 220 de 21.06.2004, pp. 3 a 15) que institui a Agência Ferroviária Europeia, com sede em Lille / Valenciennes, França. Sugerida no Livro Branco de 1996 e reafirmada no Livro Branco de 2001¹⁵, a criação de uma Agência responsável pela procura de soluções comuns em matéria de segurança e de interoperabilidade, facilitará a constituição de um espaço ferroviário europeu sem fronteiras, seguro, integrado e competitivo.¹⁶



2009

O Conselho designou as cidades de Linz, na Áustria, e de Vilnius, na Lituânia, para Capital Europeia da Cultura para o ano de 2009 (Decisão 2005/815/CE de 14 de Novembro de 2005, JOUE L 305 de 24.11.2005, p. 36).

¹⁵ Livros Brancos da Comissão, *Uma estratégia para a revitalização dos caminhos-de-ferro europeus*, de 30 de Julho de 1996, COM(96) 421 final e *A política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora das opções*, de 12 de Setembro de 2001, COM (2001) 0370 final.

¹⁶ *A Política Comunitária dos Transportes – os transportes ferroviários em especial*. Colaboração em estudo pela Exm.^a Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria Manuela Magalhães Silva. Porto, Outubro de 2004.

1 de Janeiro de 2009

Adopção da moeda única pela Eslováquia e emissão de novas faces nacionais das moedas em euros destinadas à circulação. A zona euro passa a contar com 16 países e uma população de cerca de 329 milhões de cidadãos.

Primeira data prevista para a entrada em vigor do Tratado de Lisboa¹⁷.

Celebração do 10.º aniversário da União Económica e Monetária e da criação do euro em 1 de Janeiro de 1999 com a emissão de moeda comemorativa nos 16 países da zona euro.

EU2009.CZ

Janeiro a Junho de 2009

Presidência do Conselho da União Europeia cabe à República Checa, com o presidente *Vaclav Klaus* e o primeiro-ministro *Mirek Topolánek*.

REGULAMENTO (CE) N.º 20/2009 DA COMISSÃO de 13 de Janeiro de 2009, JOUE L 9 de 14.01.2009, pp. 7 a 11.

Regulamento que adopta as especificações do módulo *ad hoc* de 2010 relativo à conciliação da vida profissional e da vida familiar previsto pelo Regulamento (CE) n.º 577/98 do Conselho (JOUE L 112 de 24.04.2008, p. 22), sendo o texto relevante para o Espaço Económico Europeu.

RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO 2009/23/CE de 19 de Dezembro de 2008, JOUE L 9 de 14.01.2009, pp. 52 a 55.

Recomendação da Comissão relativa a orientações comuns para as faces nacionais das moedas em euros destinadas à circulação. Notificada com o número C(2008) 8625 aos Estados membros participantes.

2009/C 14/09, JOUE C 14 de 21.01.2009, p. 6

Informação oriunda dos Estados membros com a lista dos dias feriados em 2009 nos Estados membros. Rectificações no JOUE C 45 de 24.02.2009, p. 25 e no JOUE C 51 de 04.03.2009, p. 24.

REGULAMENTOS (CE) N.º 44, 45, 46 e 47/2009 DO CONSELHO de 18 de Dezembro de 2008, JOUE L 17 de 22.01.2009, pp. 1 a 7.

Regulamentos relativos a medidas para evitar a falsificação da moeda. O Regulamento n.º 44/2009 altera o Regulamento n.º 1338/2001 que define medidas necessárias à protecção do euro contra a falsificação. O Regulamento (CE) n.º 45/2009 altera o Regulamento (CE) n.º 1339/2001 que torna extensivos os efeitos do Regulamento (CE) n.º 1338/2001, que define medidas necessárias para a protecção do euro contra a falsificação, aos Estados membros que não tiverem adoptado o euro como moeda única. O Regulamento n.º 46/2009 altera o Regulamento (CE) n.º 2182/2004 relativo a medalhas e fichas similares a moedas em euros. E o Regulamento n.º 47/2009 altera o Regulamento (CE) n.º 2183/2004 que torna o Regulamento (CE) n.º 2182/2004 relativo a medalhas e a fichas similares a moedas em euros extensivo aos Estados membros não participantes.

JOUE L 24 de 28.01.2009, p. 8.

Alteração de 13 de Janeiro de 2009 ao artigo 7.º, n.º 3, do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça de 19 de Junho de 1991.¹⁸

¹⁷ Nos termos do artigo 6.º do Tratado de Lisboa.

¹⁸ Publicado no JOCE L 176 de 04.07.1991, p. 7, com as últimas alterações publicadas no JOUE L 200 de 29.07.2008, pp. 18 a 21.

JOUE L 24 de 28.01.2009, p. 9.

Alteração de 14 de Janeiro de 2009 ao artigo 7.º, n.º 3, do Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância de 2 de Maio de 1991.¹⁹

JOUE L 24 de 28.01.2009, p. 10.

Alteração de 14 de Janeiro de 2009 ao artigo 6.º, n.º 3, do Regulamento de Processo do Tribunal da Função Pública da União Europeia²⁰ de 25 de Julho de 2007, publicado no JOUE L 225 de 29.08.2007, pp. 1 a 29.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/69/CE de 18 de Dezembro de 2008, JOUE L 24 de 28.01.2009, pp. 11 e 12.

Decisão que nomeia sete membros para o comité previsto no artigo 3.º, n.º 3, do Anexo I²¹ do Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça, anexo ao Tratado de Nice e relativo ao funcionamento do Tribunal da Função Pública²².

JOUE L 29 de 31.01.2009, pp. 51 e 52.

Alterações de 27 de Janeiro de 2009 pelo Tribunal de Justiça às Instruções Práticas relativas às acções e recursos directos de decisões do Tribunal de Primeira Instância de 15 de Outubro de 2004.²³

DECISÃO DO CONSELHO 2009/123/CE de 10 de Fevereiro de 2009, JOUE L 42 de 13.02.2009, p. 17.

Decisão que nomeia um membro suplente de nacionalidade portuguesa do Comité das Regiões, *André Jorge Dionísio Bradford*, até 25 de Janeiro de 2010.

REGULAMENTO (CE) N.º 120/2009 DA COMISSÃO de 9 de Fevereiro de 2009, JOUE L 39 de 10.02.2009, pp. 29 a 32.

¹⁹ Nos termos do artigo 224.º, § 5.º, TCE, o **Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância é de 2 de Maio de 1991** Foi publicado no JOCE L 136 de 30.05.1991, p. 1 e rectificado pelo JOCE L 317 de 19.11.1991, p. 34. Depois foi alterado em: 15 de Setembro de 1994 (JOCE L 249 de 24.09.1994, p. 17); 17 de Fevereiro de 1995 (JOCE L 44 de 28.02.1995, p. 64); 6 de Julho de 1995 (JOCE L 172 de 22.07.1995, p. 3); 12 de Março de 1997 (JOCE L 103 de 19.04.1997, pp. 6 e 7) e rectificado pelo JOCE L 351 de 23.12.1997, p. 72; 17 de Maio de 1999 (JOCE L 135 de 29.05.1999, p. 92), 6 de Dezembro de 2000 (JOCE L 322 de 19.12.2000, p. 4); 21 de Maio de 2003, na sequência da entrada em vigor do Tratado de Nice (JOUE L 147 de 14.06.2003, pp. 22 a 24); e 21 de Abril de 2004 (JOUE L 127 de 29.04.2004, p. 108). Alterado ainda pela Decisão do Conselho 2004/406/CE, Euratom de 19 de Abril de 2004 (JOUE L 132 de 29.04.2004, pp. 3 e 4). Uma versão codificada foi publicada no JOCE C 34 de 01.02.2001, p. 41. Alterado depois pelo 2003/C 193/02 (JOUE C 193 de 14.08.2003, p. 41). A 10.ª alteração ao Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias foi adoptada em 12 de Outubro de 2005. Publicada no JOUE L 298 de 15.11.2005, pp. 1 a 6, e rectificada pelo JOUE L 250 de 14.09.2006, p. 35.

Uma nova alteração foi adoptada pela entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2007 da adesão de mais dois Estados, nos termos do artigo 46.º, n.º 3, do Acto de Adesão de 25 de Abril de 2005 (JOUE L 157 de 21.06.2005, p. 203). Nova alteração pela Decisão do Conselho 2006/956/CE, Euratom de 18 de Dezembro no que respeita ao regime linguístico no JOUE L 386 de 29.12.2006, p. 45. Alterações no JOUE L 179 de 08.07.2008, pp. 12 e 13, e no JOUE L 200 de 29.07.2008, pp. 18 e 19.

²⁰ O **Tribunal da Função Pública da União Europeia** foi criado pela Decisão do Conselho 2004/752/CE, Euratom de 2 de Novembro de 2004, publicada no JOUE L 333 de 09.11.2004, pp. 7 a 11, e a sua legal constituição foi confirmada na Decisão do Tribunal de Justiça, publicada no JOUE L 325 de 12.12.2005, pp. 1 e 2.

²¹ Tendo em conta a Decisão 2005/49/CE, Euratom do Conselho de 18 de Janeiro relativa às regras de funcionamento deste comité (JOUE L 21 de 25.01.2005, p. 13).

²² Anexo I introduzido pela Decisão do Conselho 2004/752/CE, Euratom de 2 de Novembro de 2004 que institui o Tribunal da Função Pública da União Europeia, tendo em conta a previsão do artigo 225.º-A do TCE e a Declaração n.º 16 anexa ao Tratado de Nice. Cria um órgão jurisdicional específico para o contencioso da função pública, fazendo parte integrante da instituição Tribunal de Justiça (JOUE L 333 de 09.11.2004, pp. 7 a 11). Entrou em vigor no dia da publicação da Decisão do Presidente do Tribunal de Justiça que confirma a legal constituição do Tribunal da Função Pública da União Europeia (JOUE L 325 de 12.12.2005, pp. 1 e 2).

²³ Publicadas no JOCE L 361 de 08.12.2004, p. 15.

Regulamento que altera o Regulamento (CEE) n.º 574/72 do Conselho de 21 de Março de 1972 (JOCE L 74 de 27.03.1972, p. 1) que estabelece as modalidades de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 1408/71, relativo à aplicação dos regimes de segurança social aos trabalhadores assalariados, aos trabalhadores não assalariados e aos membros da sua família que se desloca, no interior da Comunidade, sendo o texto relevante para o Espaço Económico Europeu.

2009/C 53/06, JOUE C 53 de 06.03.2009, pp. 15 e 16.

Convite público à apresentação de candidaturas para nomeação de um juiz para o Tribunal da Função Pública da União Europeia, por demissão de um dos sete juízes deste tribunal.

2009/C 54/04, JOUE C 54 de 07.03.2009, pp. 7 a 72.

Informação oriunda dos Estados membros com a lista das águas minerais naturais reconhecidas pelos Estados membros, de acordo com a Directiva 80/777/CEE do Conselho de 15 de Julho relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes à exploração e à comercialização de águas minerais naturais (JOCE L 229 de 30.08.1980, p. 1). Constan da página 64 as vinte e uma denominações de venda de águas portuguesas, respectivo nome da nascente e local da exploração.²⁴

DECISÃO DO CONSELHO 2009/170/CE, Euratom de 16 de Fevereiro de 2009, JOUE L 60 de 04.03.2009, pp. 3 e 4.

Decisão que altera o Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância no que respeita ao regime linguístico aplicável aos recursos das decisões do Tribunal da Função Pública da União Europeia, inserindo um artigo 136.º-A.

2009/176/CE, Euratom, JOUE L 63 de 07.03.2009, pp. 13 e 14.

Decisão dos Representantes dos Estados membros de 25 de Fevereiro de 2009 relativa à nomeação de juízes e advogados-gerais do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, para renovação parcial deste tribunal para o período compreendido entre 7 de Outubro de 2009 e 6 de Outubro de 2015.

PARECER DO CONSELHO 2009/C 71/02 de 10 de Março de 2009, JOUE C 71 de 25.03.2009, pp. 8 a 12.

Parecer do Conselho relativo ao Programa de Estabilidade actualizado de Portugal para o período de 2008-2011.

4 a 7 de Junho de 2009

Sétimas eleições para os 736 deputados ao Parlamento Europeu²⁵.

Em Portugal, realizaram-se a 7 de Junho²⁶.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/400/CE 12 de Maio de 2009, JOUE L 127 de 26.05.2009, p. 9.

Decisão do Conselho que designou as cidades de Guimarães, em Portugal, e Maribor, na Eslovénia, Capital Europeia da Cultura para o ano de 2012.

²⁴ Lista que pode ser consultada em http://ec.europa.eu/food/food/labellingnutrition/water/index_en.htm.

²⁵ Eram 535, com os 151 do alargamento de 2004 e com os 50 do alargamento de 2007, nos termos da redacção do artigo 189.º, § 2.º na redacção de 2007, do TCE pelo Tratado de Nice.

Seriam **750 + 1** se tivesse nessa data entrado em vigor o Tratado de Lisboa, novos artigos 14.º, n.º 2, do TUE e 223.º do TFUE e Declaração relativa a disposições dos Tratados, adoptada pela Conferência dos Representantes dos Estados-membros e anexa ao TL A. 4, sobre a composição do Parlamento Europeu (JOUE C 306 de 17.12.2007, páginas 249 e 269).

²⁶ Nos termos do Decreto do Presidente da República n.º 25/2009 de 24 de Março, Dr n.º 58, p. 1847.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/401/CE 12 de Maio de 2009, JOUE L 127 de 26.05.2009, p. 10.

Decisão do Conselho que designou as cidades de Marselha, em França, e Košice, na Eslováquia, Capital Europeia da Cultura para o ano de 2013.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/474/CE, Euratom 9 de Junho de 2009, JOUE L 156 de 19.06.2009, p. 56.

Decisão do Conselho que nomeia um juiz do Tribunal da Função Pública da União Europeia. *Maria Isabel Rofes i Pujol* é nomeada juíza do Tribunal da Função Pública da União Europeia por um período de seis anos, compreendido entre 1 de Setembro de 2009 e 31 de Agosto de 2015.

DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU, DO CONSELHO, DA COMISSÃO, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DO TRIBUNAL DE CONTAS, DO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E DO COMITÉ DAS REGIÕES 2009/496/CE, Euratom 26 de Junho de 2009, JOUE L 168 de 30.06.2009, pp. 41 a 47.

Decisão relativa à organização e ao funcionamento do Serviço das Publicações da União Europeia que é um serviço interinstitucional que tem por objecto assegurar, nas melhores condições possíveis, a edição das publicações das instituições das Comunidades Europeias e da União Europeia, que foi publicada sob a epígrafe “*Actos aprovados ao abrigo dos Tratados CE/Euratom cuja publicação não é obrigatória*”.

Julho a Dezembro de 2009

Presidência do Conselho da União Europeia cabe pela segunda vez à Suécia com o primeiro-ministro *Fredrik Reinfeldt*.



2009/532/CE, JOUE L 179 de 10.07.2009, p. 61.

O Conselho Europeu de Bruxelas de 9 de Julho indicara *Durão Barroso* de novo para Presidente da Comissão Europeia para o período compreendido entre 1 de Novembro de 2009 e 31 de Outubro de 2014. É eleito em 16 de Setembro no Parlamento Europeu.

2009/C 216/06, JOUE L 179 de 10.07.2009, p. 61.

Convite do Parlamento Europeu à apresentação de candidaturas, tendo em vista a nomeação do Provedor de Justiça Europeu, tendo em conta o estatuto e as condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça, aprovados pelo Parlamento Europeu em 9 de Março de 1994 ²⁷.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/528/CE, Euratom de 3 de Julho de 2009, JOUE L 178 de 09.07.2009, p. 16. Decisão relativa à nomeação de um novo membro da Comissão das Comunidades Europeias pelo período compreendido entre 4 de Julho de 2009 e 31 de Outubro de 2009: *Danuta Hübner*, pela Polónia, com a matéria de Política Regional é substituída por *Pawel Samecki*.

²⁷ Ver JOUE L 113 de 04.05.1994 (na versão alterada pelas Decisões de 14 de Março de 2002, JOUE L 92 de 09.04.2002, e 18 de Junho de 2008, JOUE L 189 de 17.07.2008).

DECISÕES 2009/541 e 542/CE, Euratom de 8 de Julho de 2009, JOUE L 181 de 14.07.2009, pp. 25 a 26.

Decisões dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros que nomeiam um juiz do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias e uma juíza do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

JOUE L 184 de 16.07.2009, pp. 8 e 9.

Alteração de 16 de Junho de 2009 pelo Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias às Instruções Práticas às Partes de 5 de Julho de 2007.

JOUE L 184 de 16.07.2009, pp. 10 e 11.

Alterações de 7 de Julho de 2009 ao Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância de 2 de Maio de 1991 ²⁸.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/552/CE, Euratom de 16 de Julho de 2009, JOUE L 185 de 17.07.2009, p. 23.

Decisão relativa à nomeação de um novo membro da Comissão das Comunidades Europeias pelo período compreendido entre 17 de Julho de 2009 e 31 de Outubro de 2009: *Louis Michel*, pela Bélgica, com a matéria de Desenvolvimento e Ajuda Humanitária é substituído por *Karel De Gucht*.

DIRECTIVAS 2009/112 e 113/CE DA COMISSÃO de 25 de Agosto de 2009, JOUE L 223 de 26.08.2009, pp. 26 a 35.

Directivas relativas à carta de condução, que alteram as Directivas 91/439/CEE do Conselho e 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

DIRECTIVA 2009/103/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 16 de Setembro de 2009, JOUE L 263 de 07.10.2009, pp. 11 a 31.

Directiva relativa ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis e à fiscalização do cumprimento da obrigação de segurar esta responsabilidade, sendo o texto relevante para o Espaço Económico Europeu.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/725/CE, Euratom de 30 de Setembro de 2009, JOUE L 258 de 01.10.2009, p. 26.

Decisão relativa à nomeação de um novo membro da Comissão das Comunidades Europeias pelo período compreendido entre 1 de Outubro de 2009 e 31 de Outubro de 2009: *Ján Figel*, pela Eslováquia, com a matéria de Educação, Formação e Cultura e Juventude é substituído por *Maroš Šefčovič*.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/772/CE, Euratom de 14 de Outubro de 2009, JOUE L 277 de 22.10.2009, p. 19.

Decisão que nomeia *Javier Solana Madariaga* Secretário-Geral do Conselho da União Europeia, Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, para o período compreendido entre 18 de Outubro de 2009 e 31 de Outubro de 2009 ²⁹.

2009/C 209/08, JOUE C 209 de 04.09.2009, p. 11.

Rectificação aos dias feriados em 2009.

Informação oriunda dos Estados membros com a lista dos dias feriados em 2009 nos Estados membros em 2009/C 14/09, JOUE C 14 de 21.01.2009, p. 6. Rectificações anteriores no JOUE C 45 de 24.02.2009, p. 25 e no JOUE C 51 de 04.03.2009, p. 24.

²⁸ As últimas alterações no JOUE L 60 de 04.03.2009, p. 3.

²⁹ O mandato anterior terminara em 17 de Outubro de 2009 (JOUE L 236 de 07.07.2004, p. 16).

JOUE C 270 de 11.11.2009, pp. 18 a 20.

Na Decisão 2009/C 270/06 do Tribunal da Função Pública da União Europeia de 7 de Outubro de 2009 sobre a composição das secções e distribuição dos juízes pelas secções, o Tribunal elegeu o presidente da Segunda Secção, e procedeu à distribuição dos juízes pelas secções³⁰. Logo estabeleceu os critérios de atribuição dos processos às secções na Decisão 2009/C 270/07³¹ e decidiu a designação do juiz que substitui o Presidente do Tribunal da Função Pública na qualidade de juiz das medidas provisórias (2009/C 270/08).

19 de Novembro de 2009

O Conselho Europeu reunido em Bruxelas elegeu *Herman Van Rompuy*, primeiro-ministro belga de 62 anos, para o cargo de Presidente do Conselho Europeu e a baronesa *Catherine Margaret Ashton of Upholland*, comissária europeia do Comércio³², para Alta Representante para a Política Externa, novas figuras criadas pelo Tratado de Lisboa³³ que entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2009.

Nos termos do Tratado de Lisboa, o Presidente do Conselho Europeu é eleito para um mandato de dois anos e meio (artigo 15.º, n.º 5 e 6, do TUE) pelo Conselho Europeu (agora uma instituição da União Europeia, pelos artigos 13.º e 15.º do TUE)

O Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança é nomeado pelo Conselho Europeu (artigo 18.º, n.º 1, do TUE) e conduz a política externa e de segurança comum da União (artigo 18.º, n.º 2, do TUE). O seu titular preside à formação do Conselho relativa aos Negócios Estrangeiros (artigo 236.º do TFUE), é um dos vice-presidentes da Comissão (artigo 18.º, n.º 3 e 4, do TUE) e participa nos trabalhos do Conselho Europeu (artigo 15.º, n.º 2, do TUE). O Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança representa a União nestas matérias (artigos 27.º, n.º 2, 26.º, n.º 3, e 24.º, n.º 1, § 2.º, do TUE) e conta com um corpo de funcionários para a acção externa (artigos 27.º, n.º 3, e 26.º, n.º 3, do TUE).

2009/C 290/01, JOUE C 290 de 30.11.2009, pp. 1 a 3.

Acta de rectificação do Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007, assinada em Roma, em 27 de Novembro de 2009, da qual o Governo da República Italiana é depositário.

1 de Dezembro de 2010

Entrada em vigor do Tratado de Lisboa, com o final das ratificações pelos Estados membros³⁴.

³⁰ Por Decisão de 30 de Novembro de 2005 (JOUE C 322 de 17.12.2005, p. 16), o Tribunal decidira constituir três secções e deliberar igualmente em sessão plenária. Por Decisão de 24 de Setembro de 2008 (JOUE C 272 de 25.10.2008, p. 3), o Tribunal elegeu o presidente da Primeira Secção.

³¹ Que revoga a decisão de 30 de Setembro de 2008 (JOUE C 272 de 25.10.2008, p. 4).

³² Viera substituir *Peter Mandelson* pela Grã-Bretanha, nos termos da Decisão do Conselho 2008/779/CE, Euratom de 6 de Outubro de 2008 relativa à nomeação de um novo membro da Comissão das Comunidades Europeias pelo período compreendido entre 6 de Outubro de 2008 e 31 de Outubro de 2009 (JOUE L 267 de 08.10.2008, p. 31).

³³ **Tratado de Lisboa** que altera o Tratado da União Europeia (TUE) e o Tratado que institui a Comunidade Europeia (que passa a denominar-se Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia – TFUE), assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007, foi publicado no JOUE C 306 de 17 de Dezembro de 2007 (2007/C 306/01, pp. 1 a 271) e rectificado pela Acta de Rectificação 2008/C 111/18 no JOUE C 111 de 06.05.2008, pp. 56 a 62. A versão consolidada dos novos tratados foi publicada no JOUE C 115 de 09.05.2008.

³⁴ Ratificação por Portugal pela Resolução da Assembleia da República n.º 19/2008 e Decreto do Presidente da República n.º 31/2008 de 19 de Maio, DR n.º 96, 1.ª série, p. 2703.

Ratificaram o tratado a Hungria em 18 de Dezembro de 2007, a Eslovénia e Malta em 29 de Janeiro de 2008, a Roménia em 4 de Fevereiro, a França em 7 de Fevereiro, a Bulgária em 21 de Março, a Áustria em 9 de Abril, a Eslováquia em 10 de Abril e a Itália. Com 18 ratificações, o único referendo, negativo, na Irlanda, dia 12 de Junho. Em Setembro de 2009, faltavam apenas a ratificação da Irlanda (o referendo é repetido em 3 de Outubro de 2009 com resultado positivo), Alemanha, Polónia e República Checa, esta que acontece em 3 de Novembro.



DECISÃO DO CONSELHO 2009/878/UE de 1 de Dezembro de 2009, JOUE L 315 de 02.12.2009, p. 46.

Decisão que estabelece a lista das formações do Conselho adicionais às referidas no artigo 16.º, n.º 6, § 2.º e 3.º, do Tratado da União Europeia, nos termos do artigo 236.º, alínea a), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

A anterior lista das formações do Conselho fora estabelecida pelo Conselho (Assuntos Gerais) em 22 de Julho de 2002, como parte do anexo I do Regulamento Interno do Conselho e seguindo a lista acordada na reunião do Conselho Europeu de Sevilha, de 21 e 22 de Junho de 2002.

São elas: Assuntos Gerais; Negócios Estrangeiros; Assuntos Económicos e Financeiros (incluindo o orçamento); Justiça e Assuntos Internos (incluindo a protecção civil); Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores; Competitividade (Mercado Interno, Indústria e Investigação) (incluindo o turismo); Transportes, Telecomunicações e Energia; Agricultura e Pescas; Ambiente; Educação, Juventude e Cultura (incluindo o audiovisual).

DECISÃO DO CONSELHO EUROPEU 2009/879/UE de 1 de Dezembro de 2009, JOUE L 315 de 02.12.2009, p. 48.

Decisão do Conselho Europeu³⁵ relativa à eleição do Presidente do Conselho Europeu, nos termos do artigo 15.º, n.º 5, do Tratado da União Europeia.

DECISÃO DO CONSELHO EUROPEU 2009/880/UE de 1 de Dezembro de 2009, JOUE L 315 de 02.12.2009, p. 49.

Decisão do Conselho Europeu tomada com o acordo do Presidente da Comissão que nomeia o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, nos termos do artigo 18.º, n.º 1, do Tratado da União Europeia.

DECISÃO DO CONSELHO EUROPEU 2009/881/UE de 1 de Dezembro de 2009, JOUE L 315 de 02.12.2009, p. 50.

Decisão do Conselho Europeu relativa ao exercício da Presidência do Conselho que se mantém rotativa na maioria das suas formações, mas agora formada por um grupo pré-determinado de três Estados membros durante um período de 18 meses³⁶, nos termos do artigo 236.º, alínea b), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

DECISÃO DO CONSELHO EUROPEU 2009/882/UE de 1 de Dezembro de 2009, JOUE L 315 de 02.12.2009, pp. 51 a 55.

³⁵ Em 9 e 10 de Dezembro de 1974 realiza-se a última Cimeira de Paris em que, por proposta da França, transformaram-se as Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, que ocorriam à margem das Comunidades regularmente para de modo informal tratar de assuntos importantes para a vida da Europa, no **Conselho Europeu**, a reunir três vezes por ano, para tratar de assuntos das Comunidades e de política externa, avaliando a integração europeia e a cooperação política. Em 10 e 11 de Março de 1975 ocorreu a primeira reunião do Conselho Europeu realiza-se em Dublin, Irlanda. Só o Acto Único veio a institucionalizá-lo, isto é, a torná-lo numa instituição prevista em Tratado. Vinha previsto no artigo 4.º do TUE, com diferenças relativamente ao artigo 7.º do TCE.

³⁶ As presidências rotativas que se encontravam em vigor foram estabelecidas pela última vez de acordo com a ordem constante da Decisão do Conselho 2007/5/CE, Euratom de 1 de Janeiro (JOUE L 1 de 04.01.2007, pp. 11 e 12) para os anos de 2007 a 2020.

Decisão do Conselho Europeu que adopta o seu Regulamento Interno, nos termos do artigo 235.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia³⁷.
Rectificada no JOUE L 172 de 07.07.2010, p. 5.

2009/C 297/01, JOUE C 297 de 05.12.2009, pp. 1 a 6.

Nota informativa do Tribunal de Justiça relativa à apresentação de pedidos de decisão prejudicial pelos órgãos jurisdicionais nacionais. O texto substitui, na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a nota informativa publicada no JOUE C 143, de 11 de Junho de 2005, p. 1, e o complemento a esta nota publicado no JOUE C 64, de 8 de Março de 2008.

O sistema de reenvio prejudicial é um mecanismo fundamental do direito da União Europeia, que tem por finalidade fornecer aos órgãos jurisdicionais nacionais o meio de assegurar uma interpretação e uma aplicação uniformes deste direito em todos os Estados Membros. O Tribunal de Justiça da União Europeia é competente para decidir, a título prejudicial, sobre a interpretação do direito da União Europeia e sobre a validade dos actos dos actos adoptados pelas instituições, órgãos ou organismos da União. Esta competência genérica é-lhe conferida pelos artigos 19.º, n.º 3, alínea b), do TUE. Uma vez que o Estatuto não foi adaptado nesta matéria, o Tribunal de Justiça da União Europeia continua a ser o único competente para se pronunciar a título prejudicial. O processo prejudicial assenta na colaboração entre o Tribunal de Justiça e os juízes nacionais, pelo que se afigura oportuno, a fim de assegurar a sua eficácia, fornecer aos órgãos jurisdicionais nacionais as indicações subsequentes.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/903/UE de 4 de Dezembro de 2009, JOUE L 321 de 08.12.2009, pp. 51 e 52.

Decisão tomada de comum acordo com o Presidente da Comissão eleito, que adopta a lista das demais personalidades que tenciona nomear membros da Comissão, nos termos do artigo 17.º, n.º 7, § 2.º, do TUE.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/911/UE de 1 de Dezembro de 2009, JOUE L 322 de 09.12.2009, p. 37.

Decisão do Conselho que nomeia para Secretário-Geral do Conselho da União Europeia *Pierre De Boissieu*, nos termos do artigo 240.º, n.º 2, § 1.º, do TFUE, para o período de 1 de Dezembro de 2009 até ao dia seguinte ao da reunião do Conselho Europeu de Junho de 2011.

2009/C 300/02, JOUE C 300 de 10.12.2009, pp. 2 e 3.

Actualização da face nacional das moedas de euro destinadas à circulação e emitidas pela Espanha. A fim de respeitar as orientações comuns relativas ao desenho das faces nacionais, a Espanha actualizou o desenho das faces nacionais das suas moedas de euro, a emitir a partir de 2010. As moedas com cunhos de anos anteriores que ostentam a antiga face nacional espanhola continuam válidas.

2009/C 300/03, JOUE C 300 de 10.12.2009, p. 4.

16.º Relatório Provedor de Justiça Europeu de actividades relativo ao ano de 2008 e sexto apresentado por *P. Nikiforos Diamandouros* que assumiu o cargo em 1 de Abril de 2003. Disponível em <http://www.ombudsman.europa.eu>, nas 23 línguas oficiais da União Europeia.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/937/UE de 1 de Dezembro de 2009, JOUE L 325 de 11.12.2009, pp. 35 a 61.

Decisão do Conselho que adopta o seu Regulamento Interno, nos termos do artigo 240.º, n.º 3, do TFUE. Substitui o adoptado em 15 de Setembro de 2006 (Decisão 2006/683/

³⁷ Até aqui o Conselho Europeu não dispunha de regulamento interno. As suas reuniões seguiam o costume, de acordo com a Declaração de Londres, aprovada pelo Conselho Europeu de Londres de 29 e 30 de Junho de 1977, que codifica costumes de carácter processual sobre as reuniões do Conselho Europeu.

CE, Euratom do Conselho, de 15 de Setembro de 2006, que adopta o Regulamento Interno do Conselho (JOUE L 285, de 16.10.2006, p. 47)).

Rectificada no JOUE L 55 de 05.03.2010, p. 83 e no JOUE L 175 de 10.07.2010, p. 38.

2010

Janeiro a Junho de 2010

Presidência do Conselho da União Europeia cabe à Espanha³⁸, com o primeiro-ministro *Luís Zapatero*.



2010/C 9/12, JOUE C 9 E de 15.01.2010, p. 31.

Informação com a lista dos dias feriados em 2010 nos Estados membros.

Rectificação no JOUE C 78 de 27.03.2010 (2010/C 78/09), p. 16.

Fevereiro de 2010

Audições do Parlamento Europeu para avaliar as competências de cada comissário da nova equipa da Comissão presidida por *Durão Barroso* (artigo 17.º, n.º 3, do TUE) pela segunda vez, sob proposta pelo Conselho (artigo 17.º, n.º 7, § 2.º, do TUE), ainda com um comissário por cada Estado membro (artigo 17.º, n.º 4, do TUE).

DECISÃO DO CONSELHO EUROPEU 2010/80/UE de 9 de Fevereiro de 2010, JOUE L 39 de 11.02.2010, pp. 7 e 8.

Decisão que nomeia a Comissão Europeia para o período compreendido entre 10 de Fevereiro de 2010 e 31 de Outubro de 2014.

2010/C 9 E/12, JOUE C 9 de 15.01.2010, pp. 67 e 68.

Decisão do Parlamento Europeu, de 9 de Outubro de 2008, sobre a incorporação no Regimento do Parlamento Europeu de um novo artigo 202.º-A relativo à utilização pelo Parlamento dos símbolos da União (2007/2240(REG)).

Tendo em conta que os símbolos têm vindo a ser utilizados há mais de 30 anos por todas as instituições europeias e foram formalmente aprovados pelo Conselho Europeu em 1985 (Conselho Europeu de Milão, de 28 e 29 de Junho de 1985), o Parlamento Europeu reconhece e faz seus os seguintes símbolos da União: a bandeira constituída por um círculo de doze estrelas douradas sobre fundo azul; o hino baseado no «Hino à Alegria» da Nona Sinfonia de *Ludwig van Beethoven*; o lema «Unida na diversidade». Ainda, o Parlamento comemorará o Dia da Europa em 9 de Maio.

2010/C 8 E/20, JOUE C 9 de 14.01.2010, pp. 108 e 109.

Decisão do Parlamento Europeu, de 24 de Setembro de 2008, sobre a alteração do artigo 121.º do Regimento do Parlamento Europeu relativo aos recursos para o Tribunal de Justiça (2007/2266(REG)), estabelecendo que o Presidente apresentará observações ou intervirá, em nome do Parlamento, em processos judiciais, após consulta da comissão competente.

³⁸ Apenas para as formações do Conselho que não a dos Assuntos Gerais ou dos Negócios Estrangeiros, ver artigos 9.º do TUE e 236.º do TFUE e Decisão do Conselho Europeu 2009/881/UE relativa ao exercício da Presidência do Conselho de 1 de Dezembro de 2009, JOUE L 315 de 02.12.2009, p. 50.

Segundo a Decisão do Conselho 2009/878/UE de 1 de Dezembro de 2009, JOUE L 315 de 02.12.2009, p. 46, que estabelece a lista das formações do Conselho são elas: Assuntos Gerais; Negócios Estrangeiros; Assuntos Económicos e Financeiros (incluindo o orçamento); Justiça e Assuntos Internos (incluindo a protecção civil); Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores; Competitividade (Mercado Interno, Indústria e Investigação) (incluindo o turismo); Transportes, Telecomunicações e Energia; Agricultura e Pescas; Ambiente; Educação, Juventude e Cultura (incluindo o audiovisual).

2010/C 28/05, JOUE C 9 de 04.02.2010, pp. 13 a 18.

Convenção Monetária entre a União Europeia, representada pela República Italiana em associação com a Comissão e o BCE, e o Estado da Cidade do Vaticano, representado pela Santa Sé na aceção do artigo 3.º do Tratado de Latrão, celebrada em 29 de Dezembro de 2000.

Considerando que no dia 1 de Janeiro de 1999, o euro substituiu a moeda de cada Estado-Membro participante na terceira fase da União Económica e Monetária, nos termos do Regulamento (CE) n.º 974/98 do Conselho, de 3 de Maio de 1998 e que a Itália e o Estado da Cidade do Vaticano estavam vinculados, antes da criação do euro, por convenções monetárias bilaterais, em particular a *Convenzione monetaria tra la Repubblica Italiana e lo Stato della Città del Vaticano*, celebrada em 3 de Dezembro de 1991, de acordo com a Declaração n.º 6 anexa à Acta Final do Tratado da União Europeia, a Comunidade deve facilitar a renegociação das convenções existentes com o Estado da Cidade do Vaticano, na medida do necessário, na sequência da introdução da moeda única.

Nos termos desta Convenção Monetária, o Estado da Cidade do Vaticano usa o euro como moeda oficial e confere estatuto de curso legal às notas e moedas em euros. Deve assegurar a aplicação, no seu território, das normas da UE relativas às notas e moedas expressas em euros, designadamente em matéria de prevenção da falsificação.

9 de Fevereiro de 2010

Votação no Parlamento Europeu de investidura da Comissão 2009/2014 (artigo 17.º, n.º 7, § 3.º, do TUE) e sua entrada em funções a 11 de Fevereiro.³⁹

DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 2010/86/UE, Euratom de 20 de Janeiro de 2010, JOUE L 39 de 12.02.2010, p. 4.

Decisão relativa à eleição do Sr. *Nikiforos Diamandouros* Provedor de Justiça Europeu, mantendo o cargo para que fora eleito em 2005 e que assumiu desde 1 de Abril de 2003, nos termos dos artigos 24.º, § 3.º, e 228.º do TFUE e da Decisão 94/262/CECA, CE, Euratom, de 9 de Março de 1994 relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu (JOCE L 113 de 04.05.1994, p. 15).

DECISÃO DO CONSELHO 2010/124 e 125/UE de 25 de Fevereiro de 2010, JOUE L 50 de 27.02.2010, pp. 18 e 19 e 20.

Decisão relativa às regras de funcionamento e Decisão que designa os membros do comité previsto no artigo 255.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Os juízes e os advogados-gerais do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral são nomeados de comum acordo pelos Governos dos Estados-Membros, após consulta a um comité encarregado de dar parecer sobre a adequação dos candidatos ao exercício das funções de juiz ou de advogado-geral. Este comité é composto por sete personalidades, escolhidas de entre antigos membros do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral, membros dos tribunais supremos nacionais e juristas de reconhecida competência, um dos quais será proposto pelo Parlamento Europeu.

DECISÃO DA COMISSÃO 2010/138/UE, Euratom de 24 de Fevereiro de 2010, JOUE L 55 de 05.03.2010, pp. 60 a 67.

Decisão da Comissão que altera o seu Regulamento Interno (publicado no JOCE L 308 de 08.12.2000, p. 26), nos termos do artigo 249.º, n.º 1, do TFUE, substituindo os artigos 1.º a 29.º do Regulamento.

³⁹ O resultado da votação no Parlamento Europeu foi de 488 votos a favor e 177 contra (72 abstenções). Segue a Decisão do Conselho 2010/80/UE de 9 de Fevereiro de 2010 (JOUE L 38 de 11.02.2010, pp. 7 e 8).

2010/C 81/01, JOUE C 81 de 29.03.2010, pp. 1 a 3.

Acta (quarta) de rectificação do Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007, assinada em Roma, em 23 de Março de 2010, da qual o Governo da República Italiana é depositário.

Publicada no Diário da República n.º 98 de 20 de Maio, pp. 1736 a 1738.

2010/C 83/01, JOUE C 83 de 30.03.2010, pp. 1 a 388.

Versão consolidada do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

2010/C 83/02, JOUE C 83 de 30.03.2010, p. 389.

Versão consolidada da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

2010/C 84/01, JOUE C 84 de 30.03.2010, pp. 1 a 112.

Versão consolidada do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa), alterado pela última vez pelo Protocolo n.º 2 anexo ao Tratado de Lisboa de 13 de Dezembro de 2007.

Errata em 2010/C 181/01 no JOUE C 181 de 06.07.2010, p. 1.

JOUE L 92 de 13.04.2010, pp. 12 e 13.

Alterações de 23 de Março de 2010 ao Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça (nova designação pelo Tratado de Lisboa para o Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias) de 19 de Junho de 1991 ⁴⁰.

JOUE L 92 de 13.04.2010, pp. 14 a 16.

Alterações de 26 de Março de 2010 ao Regulamento de Processo do Tribunal Geral (nova designação pelo Tratado de Lisboa para o Tribunal de Primeira Instância) de 2 de Maio de 1991 ⁴¹.

JOUE L 92 de 13.04.2010, pp. 17 e 18.

Alterações de 17 de Março de 2010 ao Regulamento de Processo do Tribunal da Função Pública da União Europeia de 25 de Julho de 2007 ⁴².

DECISÃO DO CONSELHO EUROPEU 2010/223/UE de 26 de Março de 2010, JOUE L 99 de 21.04.2010, p. 7.

Decisão que nomeia *Vítor Constâncio* Vice-Presidente do Banco Central Europeu, por um período de oito anos. Nos termos dos artigos 283.º, n.º 2, e a alínea h) do n.º 2 do artigo 139.º, n.º 2, alínea h), do TFUE e tendo em conta os artigos 11.º-2 e 42.º -3 do Protocolo relativo aos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu.

JOUE L 103 de 23.04.2010, pp. 1 a 6. Publicação do Regulamento Interno do Tribunal de Contas Europeu de 11 de Março de 2010, aprovado pelo Conselho, nos termos do artigo 287.º, n.º 4, § 5.º, TFUE. O presente Regulamento Interno revoga e substitui o regulamento adoptado pelo Tribunal em 8 de Dezembro de 2004 e entrará em vigor em 1 de Junho de 2010.

⁴⁰ As últimas alterações no JOUE L 24 de 28.01.2009, p. 8.

⁴¹ As últimas alterações no JOUE L 184 de 16.07.2009, pp. 10 e 11.

⁴² As últimas alterações no JOUE L 24 de 28.01.2009, p. 10.

DECISÃO DA COMISSÃO 2010/233/UE de 26 de Abril de 2010, JOUE L 105 de 27.04.2010, pp. 109 a 111.

Decisão da Comissão que cria um grupo de peritos para um quadro comum de referência no domínio do direito europeu dos contratos. Afigura-se necessário criar um grupo de peritos no domínio do direito civil e, em especial, do direito dos contratos, e definir a sua missão e estrutura, para ajudar a Comissão a elaborar uma proposta de quadro comum de referência no domínio do direito europeu dos contratos, nomeadamente no que diz respeito aos contratos com consumidores e empresas.

2010/C 115/01, JOUE C 115 de 04.05.2010, pp. 1 a 38.

Publicação pelo Conselho Europeu do *Programa de Estocolmo — Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos*.

REGULAMENTO (UE) n.º 416/2010 DA COMISSÃO de 12 de Maio de 2010, JOUE L 119 de 13.05.2010, pp. 7 a 13.

Regulamento que altera os anexos I, II e III do Regulamento (CE) n.º 44/2001 do Conselho de 22 de Dezembro de 2000 (JOUE L 12 de 16.1.2001, p. 1) relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial.

DECISÃO DO CONSELHO 2010/288/UE de 19 de Janeiro de 2010, JOUE L 125 de 22.05.2010, pp. 44 e 45.

Decisão do Conselho sobre a existência de um défice excessivo em Portugal.

DECISÃO DO CONSELHO 2010/294/UE de 10 de Maio de 2010, JOUE L 126 de 22.05.2010, p. 24.

Decisão do Conselho designando as cidades de Umeå, na Suécia, e Riga, na Letónia, para Capital Europeia da Cultura para o ano de 2014, tendo em conta os relatórios do júri de selecção de Setembro de 2009 sobre o processo de selecção das Capitais Europeias da Cultura.

2010/C 137/11, JOUE C 137 de 27.05.2010, p. 26.

Nova face nacional das moedas de euro destinadas à circulação emitida por Portugal em Setembro de 2010, comemorando o 100.º aniversário da implantação da República em Portugal. A parte interna da moeda representa, ao centro, o escudo português e a efígie da «República», dois dos símbolos mais emblemáticos da República Portuguesa, cercados pela legenda «República Portuguesa — 1910-2010», o símbolo da casa da moeda «INCM» e a marca do autor «JOSÉ CÂNDIDO». O anel exterior da moeda apresenta as doze estrelas da bandeira europeia.



RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO 2010/304/UE de 12 de Maio de 2010, JOUE L 136 de 02.06.2010, pp. 1 a 31.

Recomendação da Comissão relativa à utilização de uma metodologia harmonizada para classificar e comunicar queixas e pedidos de informação dos consumidores, nos termos do artigo 292.º do TFUE.

DECISÃO 2010/362/UE de 23 de Junho de 2010, JOUE L 163 de 30.06.2010, p. 41.

Decisão dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros que nomeia dez juízes do Tribunal Geral da União Europeia, incluindo a portuguesa *Eugénia Martins de Nazaré Ribeiro*, pelo período compreendido entre 1 de Setembro de 2010 e 31 de Agosto de 2016.

Julho a Dezembro de 2010

Presidência do Conselho da União Europeia cabe à Bélgica. Comemorada através de emissão de moeda em Junho de 2010 pelo acto 2010/C 137/12, no JOUE C 137 de 27.05.2010, p. 27.



CONSELHO, 2010/C 163/04, JOUE C 163 de 26.06.2010, pp. 13 e 14. Convite público à apresentação de candidaturas para nomeação de juízes do Tribunal da Função Pública da União Europeia.

O Tribunal da Função Pública é composto por sete juízes, de entre os quais é escolhido o seu presidente. O mandato dos juízes é de seis anos, podendo ser renovado. Os juízes são nomeados pelo Conselho, deliberando por unanimidade, após consulta de um comité composto por sete personalidades escolhidas de entre antigos membros do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral da União Europeia e juristas de reconhecida competência.

Como há três juízes do Tribunal da Função Pública cujo mandato expira em 30 de Setembro de 2011, é lançado um convite à apresentação de candidaturas com vista à nomeação de três juízes para o período compreendido entre 1 de Outubro de 2011 e 30 de Setembro de 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2010/C 168/06, JOUE C 168 de 26.06.2010, pp. 6 e 7.

Convite para a apresentação de candidaturas para o lugar de Secretário do Tribunal de Justiça da União Europeia.

O Secretário coadjuva o Tribunal de Justiça no exercício das suas funções jurisdicionais e será designado de acordo com o procedimento previsto no Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça. É nomeado por um período de seis anos.

O Secretário é o secretário-geral da instituição, que é composta por três jurisdições: o Tribunal de Justiça, o Tribunal Geral e o Tribunal da Função Pública. Sob a autoridade do Presidente do Tribunal de Justiça, assegura a administração da instituição e dirige o seu pessoal e os seus serviços. Exerce, por delegação do Tribunal de Justiça, as funções de gestor orçamental das dotações que constam do orçamento da instituição.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2010/C 177/01, JOUE C 177 de 02.07.2010, pp. 1 a 36.

Publicação da versão consolidada do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça.

A presente edição coordena o Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias de 19 de Junho de 1991 (com as rectificações do JOCE L 176 de 04.07.1991, p. 7, e JOCE L 383 de 29.12.1992, p. 117) e as alterações de 1995 a Março de 2010.

TRIBUNAL GERAL, 2010/C 177/02, JOUE C 177 de 02.07.2010, pp. 37 a 70.

Publicação da versão consolidada do Regulamento de Processo do Tribunal Geral.

A presente edição coordena o Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias de 2 de Maio de 1991 (com as rectificações do JOCE L 136 de 30.05.1991, p. 1, e JOCE L 317 de 19.11.1991, p. 34) e as alterações de 1994 a Março de 2010.

TRIBUNAL DA FUNÇÃO PÚBLICA DA UNIÃO EUROPEIA, 2010/C 177/03, JOUE C 177 de 02.07.2010, pp. 71 a 100.

Publicação da versão consolidada do Regulamento de Processo do Tribunal da Função Pública da União Europeia.

A presente edição coordena o Regulamento de Processo do Tribunal da Função Pública da União Europeia de 25 de Julho de 2007 (JOUE L 225 de 29.08.2007, p. 1 com rectificações no JOUE L 69 de 13.03.2008, p. 37) e as alterações resultantes dos seguintes actos: alteração do Regulamento de Processo do Tribunal da Função Pública da União Europeia de 14 de Janeiro de 2009 (JO L 24 de 28.1.2009, p. 10), e alterações do Regulamento de Processo do Tribunal da Função Pública da União Europeia de 17 de Março de 2010 (JOUE L 92 de 13.04.2010).

TRIBUNAL GERAL, JOUE L 170 de 06.07.2010, pp. 49 a 52.

O Tribunal Geral adopta em 17 de Maio de 2010 alterações às Instruções Práticas às Partes, adoptadas em 5 de Julho de 2007, conforme alteradas em 16 de Junho de 2009 (JOUE L 184 de 16.07.2009, pp. 8 e 9).

TRIBUNAL GERAL, JOUE L 170 de 06.07.2010, pp. 53 a 56.

O Tribunal Geral adopta em 17 de Maio de 2010 alterações Instruções ao Secretário adoptadas em 5 de Julho de 2007 (rectificadas e substituídas no JOUE L 267 de 12.10.2007, p. 23).

PARLAMENTO EUROPEU, 2010/C 180/01, JOUE C 180 de 06.07.2010, pp. 1 a 6.

Decisão da Mesa do Parlamento Europeu de 11 e 23 de Novembro de 2009, de 14 de Dezembro de 2009, de 19 de Abril de 2010 e 5 de Julho de 2010 que altera as Medidas de Aplicação (Decisão da Mesa do Parlamento Europeu, de 19 de Maio e 9 de Julho de 2008, no JOUE C 159 de 13.7.2009, p. 1) do Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu (Decisão 2005/684/CE, Euratom do Parlamento Europeu, de 28 de Setembro de 2005, no JOUE L 262 de 7.10.2005, p. 1).

DIRECTIVA 2010/41/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 7 de Julho de 2010, JOUE L 180 de 15.07.2010, pp. 1 a 6.

Directiva relativa à aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma actividade independente e que revoga a Directiva 86/613/CEE do Conselho de 11 de Dezembro de 1986 (JOCE L 359 de 19.12.1986, p. 56).

DECISÃO 2010/400/UE de 8 de Julho de 2010, JOUE L 186 de 20.07.2010, p. 29.

Decisão dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros que nomeia dois juizes do Tribunal Geral da União Europeia, pelo período compreendido entre 1 de Setembro de 2010 e 31 de Agosto de 2016.

DECISÃO DO CONSELHO 2009/405/UE de 12 de Julho de 2010, JOUE L 189 de 22.07.2010, pp. 12 e 13.

Decisão que autoriza a cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio e separação judicial, nos termos do artigo 20.º do Tratado da União Europeia e dos artigos 326.º e 329.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

DECISÃO DO CONSELHO 2010/427/UE de 26 de Julho de 2010, JOUE L 201 de 03.08.2010, pp. 30 a 40.

Decisão que estabelece a organização e o funcionamento do Serviço Europeu para a Acção Externa, sete meses depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. A presente decisão tem por objectivo estabelecer a organização e o funcionamento do Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE), órgão da União funcionalmente autónomo, sob a autoridade do Alto-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (*Catherine Ashton*), criado pelo n.º 3 do artigo 27.º do Tratado da União Europeia, tal como alterado pelo Tratado de Lisboa. Será uma estrutura com mais de 7 mil funcionários e 130 representações, ou embaixadas, externas, reunindo todos os serviços comunitários com com-

petências de política externa (até aqui dispersos entre a Comissão Europeia e Conselho) no sentido de criar, progressivamente, uma cultura diplomática comum.

Adopção desta decisão pelo Conselho em 2010/C 210/01, JOUE C 210 de 03.08.2010, pp. 1 e 2. Rectificação em 2010/C 217/09, JOUE C 217 de 11.08.2010, p. 12.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 2010/C 212 E/08 de 7 de Maio de 2009, JOUE C 212 E de 05.08.2010, pp. 37 a 46.

Resolução sobre as novas competências e responsabilidades do Parlamento na aplicação do Tratado de Lisboa.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 2010/C 212 E/11 de 7 de Maio de 2009, JOUE C 212 E de 05.08.2010, pp. 60 a 81.

Resolução sobre o Relatório Anual sobre os Direitos do Homem no mundo (2008) e a política da União Europeia nesta matéria.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 2010/C 212 E/12 de 7 de Maio de 2009, JOUE C 212 E de 05.08.2010, pp. 82 a 93.

Resolução sobre o impacto do Tratado de Lisboa no desenvolvimento do equilíbrio institucional da União Europeia.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 2010/C 212 E/13 de 7 de Maio de 2009, JOUE C 212 E de 05.08.2010, pp. 94 a 99.

Resolução sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais ao abrigo do Tratado de Lisboa.

PARLAMENTO EUROPEU 2010/C 212 E/26 de 6 de Maio de 2009, JOUE C 212 E de 05.08.2010, pp. 145 a 161.

Decisão sobre a revisão geral do Regimento do Parlamento Europeu introduzindo alterações (16.^a Edição do Regimento no JOUE L 44 de 15.02.2005. Versão de 1 de Julho de 2009, da 7.^a Legislatura).

2010/C 263/01, JOUE C 263 de 29.09.2010, pp. 1 a 9.

Protocolo que altera o Protocolo Relativo Às Disposições Transitórias, anexo ao Tratado da União Europeia, ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e ao Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica

DECISÃO DO CONSELHO 2010/648/UE de 14 de Maio de 2010, JOUE L 287 de 04.11.2010, pp. 1 e 2.

Decisão relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo que altera pela segunda vez o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, assinado em Cotonu, em 23 de Junho de 2000, e alterado pela primeira vez no Luxemburgo em 25 de Junho de 2005.

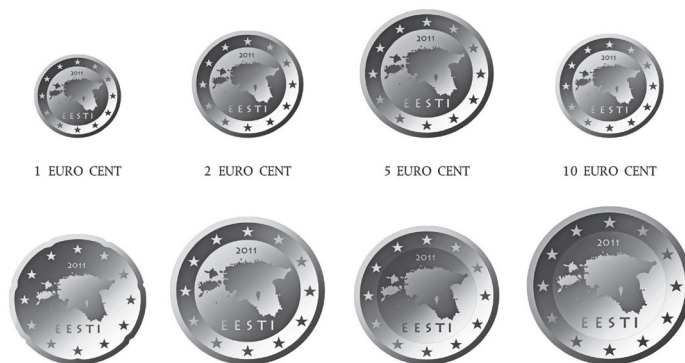
Rectificação no JOUE L 299 de 17.11.2010, p. 46.

Em 20 de Janeiro de 2010, o Parlamento Europeu, aprovava Resolução 2010/C 305 E/01 sobre esta segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-CE ("Acordo de Cotonu"), no JOUE C 305 E de 11.11.2010, pp. 1 a 6.

Ver aviso sobre a sua aplicação provisória em JOUE L 13 de 18.01.2011, p. 1.

DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 2010/C 305 E/06, Euratom de 20 de Janeiro de 2010, JOUE C 305 E de 11.11.2010, pp. 19 e 20.

Decisão de nomear e manter o *Sr. Nikiforos Diamandouros* Provedor de Justiça Europeu, tendo em conta o nomeadamente o artigo 24.º, § 3.º, e o artigo 228.º do TFUE.



2010/C 309/04, JOUE C 309 de 13.11.2010, p. 5.

A Decisão do Conselho da União Europeia de 13 de Julho de 2010 é relativa à adopção da moeda única pela Estónia, nos termos do artigo 140.º, n.º 2, do TFUE, e foi publicada no JOUE L 196 de 28.07.2010, p. 24.

As moedas de euro destinadas à circulação têm o estatuto de curso legal em toda a zona euro. Com o objectivo de informar as pessoas que têm de manipular as moedas no exercício da sua profissão, bem como o público em geral, a Comissão publica os desenhos de todas as novas moedas de euro.

Estas moedas apresentam no centro uma imagem geográfica da Estónia.

JOUE L 304 de 20.11.2010, pp. 47 a 62.

Acordo-quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia. A fim de reflectir melhor a nova «parceria especial» entre o Parlamento e a Comissão, as duas instituições aprovam as medidas a seguir especificadas com o objectivo de reforçar a responsabilidade e a legitimidade políticas da Comissão, de desenvolver o diálogo construtivo e de melhorar a circulação das informações entre as duas instituições e a cooperação em termos de procedimentos e de programação.

2010/C 320/04, JOUE C 320 de 25.11.2010, p. 3.

Lista dos dias feriados em 2011 para as instituições da União Europeia.

REGULAMENTO (UE, Euratom) N.º 1080/2010 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 24 de Novembro de 2010, JOUE L 311 de 26.11.2010, pp. 1 a 8.

Regulamento que altera o Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias e o Regime aplicável aos outros agentes destas Comunidades estabelecidos pelo Regulamento (CEE, Euratom, CECA) n.º 259/68 do Conselho (JOCE L 56 de 04.03.1968, p. 1, que sofreu já muitas alterações), sendo o título alterado para «Estatuto dos Funcionários da União Europeia».

DECISÃO DO CONSELHO 2010/757/UE de 18 de Novembro de 2010, JOUE L 322 de 08.12.2010, p. 42.

Decisão do Conselho que designou a cidade de Mons, na Bélgica, para Capital Europeia da Cultura para o ano de 2015.

JOUE L 324 de 09.12.2010, pp. 52 a 68.

Versão codificada do Regimento do Comité Económico e Social Europeu adoptada em 14 de Julho de 2010. É um órgão institucional consultivo, instituído pelo Tratado de Roma em 1957. O primeiro Regimento deste órgão que assiste o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão (artigos 13.º, n.º 4, TUE e 301.º a 304.º TFUE) foi aprovado em reunião plenária

em 17 de Julho de 2002 (JOCE L 268 de 4 de Outubro de 2002) e entrou em vigor em 1 de Agosto de 2002. Seguiram-se as alterações seguintes: 27 de Fevereiro de 2003 (JO L 258 de 10 de Outubro de 2003), 31 de Março de 2004 (JO L 310 de 7 de Outubro de 2004), 5 de Julho de 2006 (JO L 93 de 3 de Abril de 2007), de 12 de Março de 2008 (JO L 159 de 20 de Junho de 2009), e de 14 de Julho de 2010.

2010/C 343/07 e 06, JOUE C 343 de 17.12.2010, pp. 13 e 12.

Indicação sobre o Relatório Provedor de Justiça Europeu de actividades relativo ao ano de 2009 e um relatório especial de 24 de Fevereiro de 2010 apresentado por *P. Nikiforos Diamandouros*. Disponível em <http://www.ombudsman.europa.eu>, nas 23 línguas oficiais da União Europeia.

2011

Janeiro a Junho de 2011

Presidência do Conselho da União Europeia cabe à Hungria.

2011/C 12/05, JOUE C 12 de 15.01.2011, p. 10.

Lista dos dias feriados em 2011 nos Estados membros.

Rectificação em JOUE C 24 de 26.01.2011, p. 22.

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO 2011/C 41/03 de 7 de Maio de 2009, JOUE C 41 de 10.02.2011, pp. 4 a 6.

Comunicação relativa à protecção dos direitos de autor sobre o desenho da face comum das moedas de euro.

Na Primavera de 1996, os Estados-Membros decidiram que as moedas de euro destinadas à circulação teriam uma face comum e uma face nacional e mandataram a Comissão para organizar um concurso a nível europeu para seleccionar os desenhos da face comum das moedas de euro. Os desenhos que venceram o concurso foram seleccionados pelos chefes de Estado e de Governo em Junho de 1997. São oito os valores faciais das moedas de euro destinadas à circulação: 1, 2, 5, 10, 20 e 50 cents e 1 e 2 euros. Em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 974/98 do Conselho (JOCE L 139 de 11.05.1998, p. 1) relativo à introdução do euro, a introdução das moedas de euro teve início em 1 de Janeiro de 2002. Os valores faciais e as especificações técnicas das moedas de euro destinadas a circulação estão definidos no Regulamento (CE) n.º 975/98 do Conselho (JOCE L 139 de 11.05.1998, p. 6). Em 7 de Junho de 2005, o Conselho determinou que as faces comuns das moedas de 10, 20 e 50 cents e das moedas de 1 e 2 euros que representavam a União Europeia antes do alargamento de 15 para 25 Estados-Membros, em 2004, deviam ser alteradas de modo a que todos os Estados-Membros da União Europeia ficassem, de futuro, representados. As faces comuns das moedas de valor mais baixo (1, 2 e 5 cents) não foram alteradas, dado que representam a Europa no mundo, pelo que não foram afectadas pelo alargamento da União Europeia. As novas faces comuns foram introduzidas gradualmente a partir de 2007, apresentando todas as moedas de euro destinadas à circulação com o ano de cunhagem de 2008 ou posterior as novas faces comuns. Os direitos de autor sobre os desenhos das antigas e das novas faces comuns foram transferidos para a Comissão pelo artista que venceu o concurso europeu do desenho para as moedas, seleccionado pelos chefes de Estado e de Governo em Junho de 1997.

A Comunicação da Comissão, de 22 de Outubro de 2001, relativa aos direitos de reprodução do desenho da face comum das moedas em euros (JOCE C 318 de 13.11.2001, p. 3), estabeleceu o dispositivo a aplicar para fazer respeitar esses direitos, bem como o regime aplicável em matéria de reprodução dos desenhos das faces comuns. Uma vez que a área do euro foi alargada após a adopção da comunicação e os direitos de autor sobre as faces

comuns foram cedidos aos novos Estados-Membros, torna-se necessário actualizar o anexo da comunicação com os nomes das autoridades designadas dos Estados-Membros que aderiram entretanto ao euro (a Eslovénia em 2007, Chipre e Malta em 2008, a Eslováquia em 2009 e a Estónia em 2011). Atendendo ao exposto, a presente comunicação vem substituir a Comunicação da Comissão, de 13 de Novembro de 2001, relativa aos direitos de reprodução do desenho da face comum das moedas em euros.

PARLAMENTO EUROPEU, 2011/C 49/02 e 93/03, JOUE C 49 e 93 de 16.02.2011 e 25.03.2011, pp. 2 e 3, em ambos os casos.

Decisões da Mesa do Parlamento Europeu de 13 de Dezembro de 2010 e 14 de Fevereiro de 2011 e de 23 de Março de 2011 que alteram as Medidas de Aplicação (Decisão da Mesa do Parlamento Europeu, de 19 de Maio e 9 de Julho de 2008, no JOUE C 159 de 13.7.2009, p. 1) do Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu (Decisão 2005/684/CE, Euratom do Parlamento Europeu, de 28 de Setembro de 2005, no JOUE L 262 de 07.10.2005, p. 1).

REGULAMENTO (UE) N.º 211/2011 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 16 de Fevereiro de 2011, JOUE L 65 de 11.03.2011, pp. 1 a 22.

Regulamento sobre a iniciativa de cidadania que estabelece os procedimentos e as condições para a apresentação de uma iniciativa de cidadania, tal como previsto no artigo 11.º do TUE e no artigo 24.º do TFUE. O Tratado da União Europeia (TUE) reforça a cidadania da União e melhora o seu funcionamento democrático, prevendo nomeadamente que todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União através de uma iniciativa de cidadania europeia. Esse direito oferece aos cidadãos a possibilidade de abordarem directamente a Comissão, convidando-a a apresentar uma proposta de acto jurídico da União para aplicar os Tratados, semelhante ao direito conferido ao Parlamento Europeu pelo artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e ao Conselho pelo artigo 241.º do TFUE.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 2011/C 81 E/01 de 5 de Maio de 2010, JOUE C 81 E de 15.03.2011, pp. 1 a 5.

Resolução sobre as consequências da entrada em vigor do Tratado de Lisboa sobre os processos decisórios interinstitucionais em curso (COM(2009)0665).

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 2011/C 81 E/02 de 5 de Maio de 2010, JOUE C 81 E de 15.03.2011, pp. 6 a 10.

Resolução sobre o poder de delegação legislativa (2010/2021(INI)).

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO 2011/C 83/06, JOUE C 83 de 17.03.2011, p. 6.

Comunicação da Comissão nos termos da Directiva n.º 2000/84/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JOCE L 31 de 02.02.2001, p. 21), respeitante às disposições relativas à hora de Verão que fixa o calendário do período da hora de Verão para os anos 2012 a 2016 inclusive.

2011/C 97/01, JOUE C 97 de 29.03.2011, pp. 1 a 72.

Informações oriundas dos Estados membros com a lista das águas minerais naturais reconhecidas pelos Estados membros, sendo o texto relevante para o Espaço Económico Europeu. Em conformidade com o artigo 1.º da Directiva 2009/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho de 2009, relativa à exploração e à comercialização de águas minerais naturais (—), a Comissão publica no *Jornal Oficial da União Europeia* a lista das águas minerais naturais reconhecidas como tal pelos Estados membros.

